

Rádio Senado é transmitida para mais quatro capitais

A inauguração das emissoras em Aracaju, Belém, Boa Vista e Maceió foi marcada ontem pela transmissão ao vivo, diretamente da Presidência do Senado, do programa *Conexão Senado*

A RÁDIO SENADO começou a ser transmitida em Aracaju, Belém, Boa Vista e Maceió. A inauguração das quatro novas emissoras foi marcada ontem pela transmissão ao vivo do programa *Conexão Senado*, diretamente da Presidência da Casa, com a presença de senadores e da diretora da Secretaria de Comunicação Social, Angela Brandão. Até então, essas localidades recebiam o sinal em caráter experimental.

Para o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, as novas emissoras representam mais uma oportunidade de garantir ao cidadão condições de acompanhar as principais votações e obter informação precisa, imparcial e abrangente sobre a atividade do Legislativo.

— Quando levamos isso à sociedade, ela ganha mais instrumentos para o fortalecimento da democracia.

Ao lado do âncora, Adriano Faria, Carlos Viana (PSD-MG)

participou da mediação com os convidados do *Conexão Senado*. Para o senador, a ampliação da Rádio está em consonância com o propósito do Parlamento de recuperar a confiança da população na política.

— Os índices de confiança no trabalho dos políticos estão muito baixos. É preciso reconhecer os erros que a política cometeu nos últimos anos. Precisamos propor uma nova trajetória. Esse é o esforço que temos, como uma emissora pública, de levar às pessoas o que está acontecendo no Parlamento, propor mudanças e fazer críticas importantes — disse Viana.

Alessandro Vieira (Cidadania-SE) afirmou que a Rádio contribui para o combate das *fake news*.

— É importante que o cidadão tenha cada vez mais acesso à informação segura e limpa. A única forma de combater [as notícias falsas], além de

produzir uma legislação mais moderna, é garantir canais seguros.

A chegada da emissora a Maceió foi comemorada por Rodrigo Cunha (PSDB-AL).

— Como é bom falar isto: bom dia maceioense. Isso tem um valor simbólico enorme, que é aproximar as pessoas do dia a dia político.

Para Renilde Bulhões (Pros-AL), a emissora oferece aos cidadãos notícias verdadeiras e isentas.

— Nós queremos dizer ao povo de Maceió que não deixe de estar ligado na nossa rádio e, assim, beber da fonte da transparência, da verdade, da imparcialidade.

Segundo Zequinha Marinho (PSC-PA), as novas emissoras ajudam a sociedade a buscar a fonte primária da notícia.

— Além disso, é uma forma de o eleitor observar de perto a atuação de seus representantes.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Autor do pedido para a homenagem, Heinz (2º à dir.) comandou a sessão

Congresso celebra os 50 anos da OCB e comemora sucesso do cooperativismo

O Dia Internacional do Cooperativismo e os 50 anos da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) foram celebrados ontem em sessão solene do Congresso Nacional. O sucesso do movimento cooperativista, que em 2018 gerou receitas de R\$ 260 bilhões, foi ressaltado durante a sessão.

A OCB foi criada em 2 de dezembro de 1969, e o Dia Internacional do Cooperativismo é comemorado amanhã.

O senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) — autor do

requerimento para a homenagem, ao lado do deputado Evair Vieira de Melo (PP-ES) — registrou que o movimento cooperativo remete ao pensamento coletivo, de união comunitária para enfrentar os desafios e facilitar o desenvolvimento, permitindo mais integração entre produtores e consumidores.

— O consumidor é a razão de ser das cooperativas que pensam e funcionam em um grau de excelência que ultrapassa o lucro pelo lucro — afirmou.

Randolfe pede que Guedes e Moro expliquem investigação sobre jornalista

O líder da Oposição no Senado, Randolfe Rodrigues (Rede-AP), apresentou à Comissão Diretora na terça-feira dois requerimentos de informações sobre suposta investigação do jornalista Glenn Greenwald pela Polícia Federal. O requerimento é direcionado aos ministros da Economia, Paulo Guedes, e da Justiça, Sergio Moro.

Randolfe explica que veículos de comunicação noticiaram recentemente que a Polícia Federal teria solicitado ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) um relatório das atividades financeiras de Greenwald. A PF é vinculada ao Ministério da Justiça, enquanto o Coaf é subordinado à pasta da Economia.



Carlos Viana, Renilde Bulhões, Adriano Faria, Rodrigo Cunha e Zequinha Marinho na inauguração das emissoras

Senadores defendem pessoal terceirizado do Senado

Os senadores Fabiano Conrataro (Rede-ES) e Zenaide Maia (Pros-RN) e o presidente da Comissão de Direitos Humanos (CDH), Paulo Paim (PT-RS), criticaram ontem o que eles consideram “atos discriminatórios” aos terceirizados que prestam serviços no Senado. Entre as medidas

que os parlamentares avaliam como discriminatórias, estão a obrigatoriedade de passar todos os dias pelo pórtico de detecção de metais, a distinção no uso dos elevadores e um risco, apontado pelos senadores, de as empresas contratantes darem “calote” nos salários.

Zenaide afirmou que os direi-

tos dos terceirizados estão sendo desrespeitados e classificou o fato como “desumanização com os mais carentes”.

Conrataro lembrou que todos são iguais perante a lei e disse que as denúncias como uma “violência simbólica”.

Paim disse que o assunto será tratado na próxima semana.

AGENDA A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>

PLENÁRIO Sessão não deliberativa
9h Sessão destinada a discursos e avisos da Mesa.

SESSÃO ESPECIAL Dia do Bombeiro Militar
14h Comemoração do Dia do Bombeiro Militar.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Davi Alcolumbre
Primeiro-vice-presidente: Antonio Anastasia
Segundo-vice-presidente: Lasier Martins
Primeiro-secretário: Sérgio Petecão
Segundo-secretário: Eduardo Gomes
Terceiro-secretário: Flávio Bolsonaro
Quarto-secretário: Luis Carlos Heinze
Suplentes de secretário: Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burre
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editora-chefe: Fernanda Vidigal
Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer
Diagramação: Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex
Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino
Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)



Geraldo Magela/Agência Senado

Felipe Angeli, do Instituto Sou da Paz, fala em audiência dirigida por Alessandro Vieira (2º à esq.), relator do texto

Relator defende rigidez e cautela no acesso a armas

Em audiência pública na Comissão de Constituição e Justiça que discutiu registro, posse e porte de armas, Alessandro Vieira disse que vai considerar sugestões da sociedade civil e de parlamentares

UM TEXTO EQUILIBRADO, feito com cautela e rigor para liberar armas e munição, que considere sugestões da sociedade civil e de parlamentares, incluindo medidas previstas em outros projetos sobre armas. Esse é o objetivo de Alessandro Vieira (Cidadania-SE), escolhido por lideranças partidárias para relatar a proposta que pretende revisar o Estatuto do Desarmamento (Lei 10.826, de 2003).

O senador ouviu ontem, em audiência da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), representantes de diversos setores sobre a situação do registro, posse e porte de armas.

Ele também foi o relator do projeto de lei que estende a posse de armas na zona rural para toda a área das propriedades (PL 3.715/2019), aprovado pelo Senado na semana passada, e assumiu a tarefa de relatar o PL 3.713/2019. A proposta — batizada de PL das Armas — foi apresentada por senadores do PSL e pelo líder do governo, senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-CE), e praticamente repete o teor dos decretos editados no primeiro semestre por Jair Bolsonaro.

Durante a audiência, o delegado Kleber Silva Junior, do Conselho Nacional dos Chefes da Polícia Civil, admitiu que as forças de segurança têm

limitações e pediu mudanças na legislação para não criminalizar a legítima defesa.

— O crime no âmbito do domicílio é crime em um solo sagrado. Os trabalhadores da segurança não têm o dom a onipresença — defendeu.

Para Michelle dos Ramos, representante da organização não governamental Igarapé, “não podemos cair na armadilha de defender o porte civil como solução para a segurança pública”.

Retrocesso social

Especialista em segurança e coronel da reserva da Polícia Militar do Ceará, Plauto Ferreira considera que fatores diferentes contribuem para o aumento da violência e que colocar a arma na mão dos cidadãos é um fator de risco: — Será um salve-se quem puder, um retrocesso social. Nosso país não está preparado, especialmente diante de todo o cenário de políticas públicas deficitárias — alertou.

Mas o senador Major Olimpio (PSL-SP) avalia que o Estatuto do Desarmamento, de 2003, foi em parte responsável pelo aumento da violência nos últimos anos, “pois deu ao criminoso a certeza de que não seria molestado”. Para ele, é fundamental reforçar o direito à legítima defesa.

Eduardo Girão (Podemos-CE) tem entendimento diferente. Na avaliação do senador, é um risco grande para o cidadão andar armado.

Rastreamento

Representantes de caçadores, atiradores esportivos e colecionadores pediram que seja mantida a previsão que consta nos decretos do governo que facilitam o acesso a munição e transporte de armas de fogo para esse grupo. O vice-presidente da Confederação Brasileira de Tiro Esportivo, Jodson Edington Junior, disse que a quantidade de armas e de munição autorizada é insuficiente para treinos.

Representante do Instituto Sou da Paz, Felipe Angeli afirmou que é preciso melhorar o rastreamento de armas e munições em circulação no país, que muitas vezes caem nas mãos de criminosos. De acordo com o coronel Dimas Silvério da Silva, da Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados do Exército, o Brasil é um dos poucos países que marca munições.

— Atualmente, a cada 10 mil munições, o lote muda e esse lote tem que ser vendido a um órgão específico — assinalou.

Consulta on-line sobre o texto: www.pldasarmas.com.br

Relatório de mais um projeto anticrime é apresentado na CCJ

Mais um projeto, dos três que compõem o pacote anticrime do Senado, está com relatório pronto na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O senador Marcos do Val (Cidadania-ES) entregou ao colegiado, na quarta-feira, seu relatório ao projeto que muda o Código Penal para estabelecer medidas contra a corrupção e de combate ao crime organizado e a crimes praticados com grave violência à pessoa (PL 1.864/2019). Da senadora Eliziane Gama

(Cidadania-MA), a proposta deve ser debatida no dia 10 pelos senadores da CCJ.

Outro projeto do pacote é o que tipifica o crime de caixa dois (PL 1.865/2019). O relatório foi apresentado em abril por Marcio Bittar (MDB-AC). A terceira proposta, o PLP 89/2019, ainda não recebeu o relatório, a cargo de Rodrigo Pacheco (DEM-MG). O projeto determina que o julgamento de crimes comuns conexos ao processo eleitoral seja realizado pela Justiça comum.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Senadores Eliziane Gama e Marcos do Val entregam o relatório

Comissão de Orçamento debate Nova Lei de Finanças Públicas

Especialistas em gastos públicos defenderam ontem, na Comissão Mista de Orçamento (CMO), a proposta da Nova Lei de Finanças Públicas (NLFP), com regras para elaboração e execução do Orçamento Geral da União.

A NLFP está prevista no PLS 229/2009, de Tasso Jereissati (PSDB-CE), aprovado pelo Senado em 2016 e que se encontra na Câmara. Segundo o secretário de Orçamento Federal, George Soares, hoje os recursos não são dos entes federativos, e sim da União.

— Se há aumento de receita durante o ano, temos que transferir mais para estados e municípios. Mas em cada situação tem que se pedir autorização do Congresso. Ao não mais se considerar esse recurso da União, a transferência fica automática.

O consultor de Orçamento

da Câmara Hélio Tollini explicou que proposta é deixar no texto do Orçamento apenas os classificadores básicos adotados por todos os países.

— Os outros classificadores ficariam nos sistemas informáticos, com transparência.

Segundo o diretor da Instituição Fiscal Independente (IFI), Felipe Salto, hoje há um limite para fazer ajuste fiscal. O projeto institui o sistema de revisão periódica de gastos da União (*spending reviews*), para que se possa cortar ou não determinadas despesas. O secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida, acrescentou que o projeto busca que, antes de aprovar a inclusão de uma despesa no Orçamento, o Congresso possa analisar o impacto da medida para os próximos quatro anos, e não apenas para o ano seguinte.

Angelo Coronel alerta para medidas de combate à crise

Angelo Coronel (PSD-BA) defendeu ontem o combate à corrupção, mas alertou para a necessidade de priorizar também outras pautas, como iniciativas para a recuperação econômica. Para o senador, o enfrentamento à corrupção não pode atrapalhar o crescimento da indústria e a geração de emprego. Ele pediu que o Congresso e o Executivo priorizem as propostas de reformas estruturantes, como a tributária.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Estados querem fundo para Previdência, afirma Jean Paul

Os governadores do Nordeste estão negociando com o governo federal medidas adicionais para equacionar as dívidas previdenciárias dos estados, afirmou Jean Paul Prates (PT-RN) no Plenário. Segundo o senador, as propostas do ministro da Economia, Paulo Guedes, minimizam o déficit, mas não resolvem o problema. A sugestão dos governadores é a criação de um fundo de compensação, com receitas da exploração de petróleo, explicou.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Lasier: depoimento de Palocci a CPI revela desvios no BNDES

Lasier Martins (Podemos-RS) criticou o envio de dinheiro do BNDES a “países de índole socialista e de governos ditatoriais”. Nada menos que R\$ 500 bilhões teriam sido enviados pelo banco, lamentou. Os dados foram mencionados durante o depoimento secreto do ex-ministro da Fazenda Antonio Palocci à CPI do BNDES, da Câmara. Segundo Lasier, os desvios investigados vão superar em valores os esquemas do Petrolão e do Mensalão.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Pobres sofrem mais o efeito da crise econômica, diz Paim

Paulo Paim (PT-RS) manifestou preocupação com o desemprego e a desigualdade salarial. Segundo o senador, a desigualdade de renda no Brasil atinge o maior índice já registrado e as pessoas com menor renda estão sofrendo mais com os efeitos da crise econômica e social.

— Antes da crise, os mais ricos tiveram aumento de 5% da renda acumulada, mas os mais pobres tiveram o dobro, 10%. Na crise, os mais ricos tiveram aumento de 3,3%; os mais pobres tiveram queda de mais de 20%.

Debate propõe profissionalismo contra *fake news*

A influência das notícias falsas na sociedade está levando à desqualificação dos veículos tradicionais de imprensa, apontaram representantes de associações de jornalistas

A DESINFORMAÇÃO E as notícias falsas disseminadas principalmente nas redes sociais atentam contra a liberdade de expressão, avaliaram ontem os participantes de debate na Comissão de Direitos Humanos (CDH). Para enfrentar o problema, eles apostam em alfabetização midiática e em jornalismo profissional de qualidade.

Para o diretor-geral da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), Cristiano Lobato Flores, é preciso diferenciar jornalismo profissional de outras fontes de informação.

— Por ser atividade humana, é natural que o jornalismo profissional cometa erros, mas tem CNPJ e endereço para assumir essa responsabilidade, com todas as decorrências jurídicas e mais a garantia do direito de resposta — destacou.

A diretora da Secretaria de Comunicação Social do Sena-



Antônio Paulo Santos, Cristiano Lobato Flores, Paulo Paim e Marina Pita acompanham pronunciamento de Angela Brandão em debate na CDH

do, Angela Brandão, ressaltou a importância da transparência na comunicação pública. Ela apontou os veículos da Casa como fontes seguras de informação, a exemplo do portal Senado Notícias, da Agência Senado, que vem batendo seguidos recordes no número de acessos. Angela destacou o trabalho de cobertura da Rádio e da TV Senado para todo o país e a campanha contra as *fake news* promovida pela secretaria

nos veículos e nas redes sociais.

— Parte do crescimento do nosso portal de notícias e das nossas redes sociais tem a ver com o anseio da sociedade de buscar a informação em que ela possa confiar — disse.

O representante da ONG Artigo 19, Thiago Firbida, ressaltou que o Brasil já está entre os países mais perigosos para o exercício do jornalismo. E o da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), Antônio Paulo

Santos, disse que os instrumentos usados pelas plataformas digitais para combater as *fake news* — denúncia, remoção de conteúdo e responsabilização — já fazem parte de um processo de autorregulação.

Uma autocritica dos veículos tradicionais de comunicação sobre a produção jornalística foi sugerida pelo vice-presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Cid Benjamin.

Representante da Secretaria de Comunicação da Câmara dos Deputados, Lincoln Macário defendeu que a mídia deve vigiar o seu papel por meio de instrumentos como conselhos de comunicação e regulamentação. O presidente da CDH, Paulo Paim (PT-RS), leu uma carta da Associação Brasileira de Juristas pela Democracia, que defende a liberdade de expressão dos jornalistas e o sigilo da fonte.

Comissão aprova neutralidade sobre Rússia e Ucrânia

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem o relatório de Jaques Wagner (PT-BA) sobre um pedido do Parlamento da Ucrânia para que o Senado manifestasse oficialmente uma condenação à Rússia por “repressões políticas contra cidadãos da Ucrânia e agressão armada e pela libertação de presos políticos ucranianos”.

Wagner, em seu relatório, que também será encaminhado ao Ministério das Relações Exteriores, considerou “uma temeridade que o Brasil tome partido em um conflito entre duas nações, com as quais nosso país tem boas relações”. O principal motivo para a solicitação do Parlamento da Ucrânia está ligada a conflitos

ocorridos na região da Crimeia em novembro do ano passado.

Segundo o governo da Ucrânia, 23 tripulantes de embarcações da Marinha foram presos em 25 de novembro de 2018, após os barcos terem sido alvejados por forças russas no Estreito de Kerch, na Crimeia. A Ucrânia defende que o fechamento do estreito é uma violação da lei internacional, já que entende que a Crimeia é parte de seu território. Por outro lado, a Rússia argumenta que o Estreito de Kerch é território russo, pois a Crimeia foi reincorporada ao país após plebiscito em 2014, com o apoio de 97% dos eleitores da região.

Para Jaques Wagner, o Ocidente atribui quase exclusivamente à Rússia a respon-

sabilidade por uma série de conflitos recentes relacionados à Ucrânia. Mas o senador entende que uma análise mais acurada do desenrolar dos conflitos indica que sua origem está na estratégia agressiva dos EUA visando acuar a Rússia.



Para Jaques Wagner, origem do conflito está no Ocidente

Debatedores cobram reforço no combate ao trabalho escravo

Na Comissão de Direitos Humanos (CDH), na quarta-feira, especialistas questionaram a capacidade das empresas para enfrentar, em toda a cadeia produtiva, o trabalho escravo — conceito que inclui trabalhar apenas para pagar dívidas ou em condições degradantes.

O correspondente da Fundação Thomson Reuters no Brasil, Fábio Teixeira, criticou as liminares judiciais que suspenderam a inclusão de várias empresas na lista suja do trabalho escravo, editada pelo Ministério da Economia.

A representante do Instituto Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo (InPacto), Mércia Silva, infor-

mou que mais de 40 milhões de pessoas estão submetidas a trabalho forçado no mundo, cerca de 370 mil no Brasil.

Segundo o coordenador da Articulação dos Empregados Rurais de Minas Gerais (Ade-re-MG), Jorge dos Santos Filho, as multinacionais do café exploram trabalho escravo, não registram trabalhadores e não fornecem equipamentos de proteção. Ele lamentou a falta de auditores-fiscais para o registro de ocorrências trabalhistas.

O jornalista Leonardo Sakamoto, do Repórter Brasil, pediu mais fiscalização e mais trabalho integrado para empresários verificarem suas cadeias produtivas.

Infraestrutura das escolas públicas é inaceitável, diz Dário

Dário Berger (MDB-SC) apresentou ontem os dados do censo escolar de 2018, realizado pelo Inep. Para ele, a realidade das escolas é frustrante e, além de comprometer a educação, impossibilita que os alunos acreditem em um futuro melhor. Segundo a pesquisa, o país tem cerca de 141 mil escolas públicas. Dessas, 12% não têm banheiro no prédio, 33% não têm internet, 31% não têm abastecimento de água potável, 58% não têm coleta e tratamento de esgoto, 68% não têm bibliotecas e 67% não possuem quadra de esportes, citou o senador.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Izalci celebra direito de policiais e bombeiros acumularem cargos

Izalci Lucas (PSDB-DF) comemorou ontem, em Plenário, a promulgação pelo Congresso da Emenda Constitucional 101, que permite o acúmulo de cargos com funções de professor e de profissional da saúde para os servidores das polícias e dos corpos de bombeiros militares dos estados e do DF.

— A polícia militar e o corpo de bombeiros vão poder nos ajudar a ampliar os nossos profissionais da área de educação. No DF, já temos a experiência da escola compartilhada com a polícia militar e com o corpo de bombeiros.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Acusações contra Moro são gestos desesperados, afirma Chico Rodrigues

Chico Rodrigues (DEM-RR) classificou ontem como deprimente a sessão do Congresso Nacional do dia 3 de julho. Na visão dele, a reunião foi utilizada para ofender autoridades respeitadas pelo povo. O senador considerou as acusações proferidas contra o ministro da Justiça, Sergio Moro, um gesto “tresloucado” de pessoas que estão ou que defendem os que estiveram “mergulhados” na Lava Jato. Para Rodrigues, o ministro atacado ocupa, atualmente, a posição de pessoa mais respeitada da República.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Para Romário, país vive o pesadelo de um legado olímpico que não chegou

Sobre as Olimpíadas de 2016, Romário (Podemos-RJ) disse ontem, em Plenário, que o Rio de Janeiro, ainda vive o pesadelo de um legado que nunca chegou. Para ele, as expectativas geradas quando a cidade foi anunciada como sede deram lugar a equipamentos que, com funcionamento precário, não atendem a população. Segundo o senador, a realização dos jogos foi um instrumento para a corrupção por políticos e empresários. Ele citou as prisões do ex-governador Sérgio Cabral e do organizador dos jogos, Carlos Arthur Nuzman.



Jefferson Rudy/Agência Senado